

PODER / Ministro do STF concede prazo de 48h para a apresentação dos dados e dos veículos que participaram das manifestações contrárias ao resultado das eleições

Moraes cobra nome dos líderes de atos

» LUANA PATRIOLINO
» VICTOR CORREIA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 48 horas, a contar a partir da tarde de ontem, para as Polícias Civil e Militar dos estados e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) identificarem os líderes dos atos que contestam o resultado das urnas e paralisam parte das rodovias do país há mais de uma semana.

De acordo com a ordem do magistrado, as corporações também deverão levar à Corte informações sobre a identificação de todos os caminhões e veículos que participaram de manifestações em frente aos quartéis das Forças Armadas. Moraes ainda encaminhou a decisão para ciência da Procuradoria-Geral da República (PGR).

“Determino às Polícias Civis e Militares dos Estados e Distrito Federal, bem como à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal, o envio de todas as informações sobre a identificação dos caminhões e veículos que participaram ativamente dos bloqueios e nas manifestações em frente aos quartéis das Forças Armadas, assim como os dados dos respectivos proprietários, pessoas físicas ou jurídicas”, escreveu.

“Determino, ainda, informem se identificaram líderes, organizadores e/ou financiadores dos referidos atos antidemocráticos, com a remessa dos dados e providências realizadas”, concluiu o ministro.

Desde o resultado das eleições, parte da categoria dos caminhoneiros e outros apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) — derrotado nas urnas contra Luiz Inácio Lula da Silva (PT) — protestam pelo país e fecham rodovias federais. Os manifestantes pedem “intervenção federal” e reproduzem outras frases de ordem contra o Judiciário.

O diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Silvinei Vasques, pediu ao ministro Alexandre de Moraes a prorrogação do prazo fixado pelo STF para apresentar o relatório completo de multas aplicadas durante as manifestações dos bolsonaristas. O chefe da corporação alegou falta de tempo para reunir os dados solicitados.

Na última sexta-feira, Moraes determinou que a PRF informe sobre a evolução, por estado, do efetivo mobilizado entre os dias 28 de outubro e de novembro. De acordo com a ordem, a polícia

Reprodução/Redes Sociais



Homem carrega criança durante confronto entre bolsonaristas e a PRF no Pará: desbloqueios continuam



“Retirem mulheres e crianças desses locais. Não sejam covardes, porque a polícia vai atuar e usará toda a força proporcional e razoável para que cesse esse tipo de ação, de agressão à sociedade”

Diego Patriota, superintendente da PRF no Pará

também deverá apresentar a origem dos policiais, para onde foram enviados durante a missão e a atuação.

O imbróglio entre o Judiciário e a PRF começou durante o segundo turno. Em 30 de outubro, moradores do Nordeste denunciaram operações nas estradas da região. Na mesma data, o ministro Alexandre de Moraes, na condição de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), proibiu a corporação de realizar operações relacionadas ao transporte de eleitores.

Também é investigada suposta omissão do diretor da PRF em relação aos bloqueios criminosos de rodovias do país desde a divulgação do resultado das eleições. Moraes tem proferido uma série de decisões acerca da conduta da PRF diante do caso.

Confronto no Pará

Os bloqueios de rodovias por manifestantes que defendem um golpe militar completaram

oito dias ontem, já esvaziados. Porém, no Pará, houve uma escalada de violência em uma das interdições. Agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) foram atacados com tijolos, pedras e fogos de artifício em Novo Progresso ao desmobilizar o bloqueio. Segundo a corporação, um agente ficou ferido e uma criança passou mal e precisou de socorro médico após o confronto.

O embate ocorreu em uma interdição da BR-163. Após tentativas falhas de negociação com os manifestantes, a tropa de choque da PRF foi enviada ao local para liberar a passagem de veículos. Os bolsonaristas, porém, revidaram lançando objetos contra as viaturas. A PRF usou bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar o protesto. Em vídeos do confronto, é possível ouvir disparos de armas de fogo enquanto o comboio da corporação sai do local, mas não é possível identificar de onde vieram.

Nas redes bolsonaristas, circulou vídeo de uma criança desacomodada sendo carregada por um adulto. A PRF informou, em nota, que ela passa bem. “Durante o confronto, a criança que aparece nas imagens passou mal, foi socorrida pelos policiais rodoviários federais, levada ao pronto atendimento, passa bem e já recebeu alta médica”, diz o texto.

Pouco antes da operação de desmonte do bloqueio, o superintendente da PRF no Pará, Diego Patriota, anunciou o emprego da tropa de choque e condenou os movimentos em vídeo divulgado no Instagram da corporação. “Uma coisa é você se manifestar pacificamente, com temas legais, e outra coisa é você prejudicar toda a sociedade. A partir de hoje (ontem), vencida toda a dificuldade operacional e logística, a PRF passa a operar com sua tropa de choque”, disse Patriota.

O superintendente também condenou a presença de crianças e idosos nos bloqueios. “Retirem mulheres e crianças desses locais. Não sejam covardes, porque a polícia vai atuar e usará toda a força proporcional e razoável para que cesse esse tipo de ação, de agressão à sociedade”, declarou Patriota.

Segundo o último informe da PRF divulgado no meio da tarde, havia 15 interdições em rodovias federais, com impedimento parcial do fluxo de veículos, e quatro bloqueios totais. Desde a votação de 30 de outubro, 1.049 atos foram desmobilizados.

Defesa anuncia relatório das urnas

» HENRIQUE LESSA

O Ministério da Defesa (MD) anunciou ontem, em nota, que o relatório da fiscalização do sistema eletrônico de votação será entregue ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) amanhã. Os militares se comprometeram a realizar uma “auditoria” para a fiscalização do processo de votação eletrônico.

Em setembro, durante uma audiência no Congresso, o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, declarou que os relatórios preliminares seriam divulgados logo após o encerramento do primeiro turno. Mas, até o momento, mesmo com a cobrança do presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, nada foi apresentado.

Além do TSE, o Tribunal de Contas da União e outros setores da sociedade cobraram uma resposta das Forças Armadas sobre o processo eleitoral realizado em outubro.

A fiscalização do TSE, com seus testes de integridade, e a participação de diversas entidades fiscalizadoras, além de

Nilson Bastian/Agência Câmara



Ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira: cobrança do TSE

observadores internacionais, atestou a lisura do processo eletrônico de votação brasileiro. A demora na divulgação da “auditoria” realizada pelos militares alimentou especulações sobre o resultado das urnas, em especial com o silêncio de 44 horas do presidente Bolsonaro sobre a decisão do segundo turno presidencial.

Gastos via LAI

O **Correio** solicitou ao Ministério da Defesa, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), os documentos produzidos pelas Forças nesse processo, além da informação quanto aos valores gastos durante a fiscalização. Segundo resposta encaminhada pela pasta no último dia 4/11,

“a emissão de documentos ou um relatório parcial, baseado em fragmentos de informação, pode resultar-se inconsistente com as conclusões finais do trabalho, razão pela qual não foi emitido até o presente momento”.

Na mesma resposta, a Defesa diz que as Forças Armadas seriam ‘apenas mais uma’ das várias entidades que realizam esse processo de fiscalização da votação eletrônica no país. Sem usar a palavra ‘auditoria’, termo empregado pelo general Nogueira e adotada por grupos que protestam por uma intervenção militar em frente a quartéis após a vitória do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a mensagem aponta somente que a “fiscalização sempre teve o objetivo de contribuir com o TSE”.

Sobre os recursos gastos, a Defesa informa apenas que “as atividades executadas acarretaram, até o momento, despesas exclusivamente para pagamento de diárias e passagens, custeadas com os recursos do Ministério da Defesa”, sem discriminar os valores efetivamente utilizados para essas passagens e diárias.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Lula inicia montagem de sua base no Congresso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega hoje a Brasília com uma agenda carregada, na qual constam reuniões com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber. Do ponto de vista prático, isso significa que está operando a transição de governo junto aos demais Poderes, o que deve esvaziar ainda mais o poder do presidente Jair Bolsonaro nos dois meses que lhe restam de mandato. Indagado sobre as tensões políticas pós-eleitorais, um ministro do Supremo que dialoga com os dois lados minimizou a importância dos protestos realizados por bolsonaristas no fim de semana: “Lula já assumiu o vértice do sistema de poder”, ou seja, a alta burocracia federal já o perca a transição político-administrativa como deve ser.

O presidente Jair Bolsonaro, a propósito, continua sem agenda relevante e digerindo o resultado das eleições. Suas declarações são de líder da oposição. Até hoje não reconheceu formalmente a derrota nem cumprimentou o presidente eleito. Em seu pronunciamento após a eleição, deixou claro que considera seu grande legado a formação de uma direita organizada no Brasil. É a primeira vez que um político na Presidência da República se assume como um líder de direita. Líderes da antiga UDN, por exemplo, que eram a expressão da direita golpista durante a guerra-fria, jamais assumiram essa condição. Todos se dizem liberais, como Eduardo Gomes, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto.

Os encontros com Lira e Pacheco são importantes para a construção da base parlamentar no novo governo e a viabilidade das medidas dos primeiros 100 dias de governo. O Orçamento de 2023 é uma bomba de efeito retardado, porque não prevê recursos para o Auxílio Brasil e para as políticas públicas. Por exemplo, verbas para a campanha de vacinação contra a Covid-19, que já dá sinais de que está voltando. Essa negociação é crucial, mas depende também de decisões sobre a equipe econômica do novo governo. A incorporação dos economistas André Lara Resende, Persio Arida e Guilherme Melo na equipe de transição descontentou os economistas do PT, que tinham expectativa de que o ex-senador Aloizio Mercadante fosse anunciado para comandar a política econômica do novo governo.

A INCORPORAÇÃO DOS ECONOMISTAS ANDRÉ LARA RESENDE, PÉRSIO ARIDA E GUILHERME MELO NA EQUIPE DE TRANSIÇÃO DESCONTENTOU OS ECONOMISTAS DO PT

Governabilidade

A conversa de Lula com o vice-presidente, Geraldo Alckmin, coordenador da equipe de transição e responsável pela incorporação dos economistas do Plano Real, ontem, pode ter resultado na indicação do futuro ministro da Fazenda (ou da Economia, se for mantida a nomenclatura atual). É preciso pôr fim às especulações no mercado, que estão provocando instabilidade no câmbio e nas ações da Bovespa. Por exemplo, no caso da Petrobras, havia uma quase certeza no mercado financeiro de que a empresa seria privatizada, caso Bolsonaro fosse eleito. Essa possibilidade está descartada, mas ainda permanecem grandes dúvidas quanto à política de preços e as prioridades de investimentos da petroleira.

Pelo acordado durante o fim de semana, Lula deve se reunir com a equipe amanhã para definir uma solução para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, na tentativa de acomodar a extensão do Auxílio Brasil de R\$ 600 para 2023. As conversas de Lula com Pacheco (PSD-MG) e Lira (PP-AL) são fundamentais para a governabilidade do novo governo. No caso de Pacheco, a relação é fundamental para o êxito do governo Lula, porque é uma Casa revisora e que sempre cumpriu um papel relevante no sentido de garantir a governabilidade. Além disso, Pacheco é o mais importante representante do PSD no Congresso, legenda que já negocia, por meio de seu presidente, Gilberto Kassab, sua participação no governo. Partido de centro-direita, a legenda tem 11 senadores e 42 deputados.

Uma conversa estratégica é com Arthur Lira, que controla o Orçamento da União. Seu partido foi a viga mestra da base de sustentação do governo, sob comando do presidente da legenda, Ciro Nogueira, o ministro da Casa Civil e responsável pelo diálogo entre o atual governo e os integrantes da equipe de transição de Lula. O caminho crítico da relação entre Lula e Lira é a eleição para a Presidência da Câmara, chave para os dois primeiros anos de mandato de Lula. Hoje, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, deve revelar se a legenda do presidente Jair Bolsonaro lançará candidato a presidente da Câmara ou apoiará Lira.

Outro elemento complicador na relação com o Congresso é a posição do MDB, cujo presidente Baleia Rossi (SP), foi adversário de Lira na sucessão de Rodrigo Maia, em 2020. O Renan Calheiros, por cacicagem da legenda e adversário de Lira, já critica Lula, porque estaria cedendo demais às exigências do Centrão. Com 42 deputados e dez senadores, o MDB saiu muito fortalecido da eleição. Sua candidata, Simone Tebet, foi decisiva para a eleição de Lula e deve integrar o novo governo. O MDB discute com o PSDB o Cidadania e o Podemos a formação de uma frente parlamentar no Congresso e, talvez, uma federação das quatro legendas.

Para aprovar a tal PEC da Transição, Lula precisará contar com o apoio de 219 deputados e 14 senadores que não foram reeleitos.